



EXPULSÃO OU INCLUSÃO NA REORGANIZAÇÃO DO ESTADO: A APP E OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELO FIM DA DITADURA (1974-1982)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3460

José Jailton Camargo, UFPR

Resumo

Neste artigo apresentamos resultados iniciais de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Discutimos a inserção e abertura da APP (Associação dos Professores do Paraná) a outros movimentos sociais durante a última parte da ditadura militar brasileira; somando-se à luta por abertura política e redemocratização. Essa abertura foi importante devido ao tamanho e inserção da associação, e ao reconhecimento social da categoria dos professores; mas também devido a um – lento – processo de mudança no perfil da APP, que nascera como uma entidade conservadora nos anos 1940. Discutimos a expectativa da abertura para os movimentos sociais e para o grande empresariado, a partir da concepção de Saskia Assen e seus estudos sobre expulsões no mundo contemporâneo. Concluímos que os movimentos sociais, entre os quais a APP (que após 1988 transformou-se em sindicato) pensavam um projeto de país com inclusão social, enquanto os atores das classes mais altas, no espírito do neoliberalismo triunfante da década de 1980, lutavam por um Estado excludente, que expulsasse da cena política e econômica os “novos atores” que entraram em cena a partir do final dos anos 1970.

Palavras Chave:

APP; Novos movimentos sociais; Ditadura Militar; Redemocratização; Inclusão.

Introdução

O Brasil viveu 21 anos de ditadura militar, seguidos de uma redemocratização que, grosso modo, apresentou elementos contraditórios do ponto de vista dos grandes grupos que haviam desferido e se beneficiado do golpe civil-militar de 1964. Em 1964 alguns movimentos sociais ainda bastante incipientes acabaram sendo motivos aos setores mais conservadores da sociedade para alardear um “perigo comunista”, e ajudar a justificar o golpe sobre o governo Goulart.

Combater esse “perigo” era uma das bandeiras dos setores que tomaram o Estado naquele momento, coisa que fizeram assiduamente e lançando mão de todos os meios possíveis. Mas, surpreendentemente, quando a ditadura já caminhava para o seu ocaso, novos movimentos, muito mais intensos, amplos e organizados se destacavam no país e traziam ideias para uma transição que não era o ideal pensado e proposto pelos setores mais conservadores.

As associações de professores participaram ativamente desse momento de transição, em praticamente todos os estados do Brasil, não sendo diferente com a Associação dos Professores do Paraná (APP). Essa participação se dava ao lado dos setores progressistas e, no Paraná, tal fato é curioso, dado o conservadorismo que imperava na associação desde sua fundação. Nos anos 1980 as atitudes da entidade não condiziam mais com essa perspectiva conservadora.

Objetivos

A ideia central é a de que a APP passou por essa mudança em suas orientações políticas, muito em sintonia e em resposta a dinâmicas mais gerais da

sociedade brasileira, e mesmo internacional. Ou seja, passou a defender ideias que iam na contramão do projeto neoliberal proposto para o pós-ditadura, e não fez isso sozinha ou de forma isolada de outras entidades e grupos.

Assim, a proposta é relacionar essa mudança de orientação com dinâmicas mais amplas, focando especificamente nas questões econômicas, relacionando a conjuntura internacional com o contexto nacional e suas consequências e desdobramentos na vida dos professores, e da APP. O recorte estabelecido se dá entre a o ano da derrota eleitoral da ARENA nas eleições parlamentares, em 1974, que marcou uma crescente perda de legitimidade pelo regime ditatorial; e o ano da última greve que os professores do Paraná realizaram durante a ditadura, em 1982. De certa forma, o objeto do texto é mais a floresta que as árvores, um olhar panorâmico.

Resultados

Hobsbawm, ao escrever sobre as “Décadas de Crise” que sacudiram o mundo no pós 1970, aponta que havia uma ofensiva neoliberal a qual grande parte dos povos e países acabaram se tornando sensíveis. Essa ofensiva propunha a diminuição do papel do Estado, deixando o mercado e sua “mão invisível” livres para agir. Não porque isso traria mais lucros aos que já tinham muito – era a doutrina – mas porque seria essa a única forma de resolver as graves crises em que os antigos estados de bem-estar estavam metidos.¹

No Brasil, passado o “perigo vermelho”, com a aniquilação das oposições armadas, e o “milagre econômico”, o projeto intervencionista dos militares na economia passou a ser visto como um estorvo, já que o reordenamento do mundo capitalista se

¹ HOBSBAWM, Éric. As Décadas de Crise. IN: _____ **A era dos extremos:** o

breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 393-421.

dava pela via do neoliberalismo.

Podemos perceber que o apoio inicial dos grandes capitalistas civis não foi unânime ao longo dos 21 anos de ditadura. Aquilo que Dreifuss denomina de capital multinacional e associado - onde os grandes capitalistas nacionais se inseriam na coalizão que derrubou Goulart numa posição subalterna² - pactuou o golpe com os militares, mas não desejava dividir o poder com eles.

É nessa linha que podemos entender o que alguns analistas denominaram de “rebelião empresarial”, iniciada pelo “homem de visão” de 1974, Eugênio Gudin:

a oposição empresarial que se manifesta na dita campanha debilitava o poder por uma razão básica: porque a mera manifestação pública de um ressentimento que não podia ser pura e simplesmente reprimido – nem sequer ignorado – chocava contra – e neste sentido refutava – a afirmação por parte do Estado autoritário, de que este era o promotor de um interesse nacional substancial, cujo segredo a ninguém mais seria dado decifrar.³

Um “Estado empresário”⁴ deveria ser substituído por um Estado omissivo e, nessa linha de interpretação, entendemos que os movimentos sociais, especialmente no pós 1978, podem ser vistos como um “filho bastardo” do regime que, tolerado porque importante na sua derrubada, passou a ser um estorvo na transição e nas novas pactuações do poder.

Tratava-se de uma disputa sobre

o papel do Estado. Era consenso que o modelo ditatorial estava esgotado e alguns grupos queriam um Estado menor, enxuto, e outros um Estado maior e mais abrangente em suas obrigações. Uns desejavam que o Estado ajudasse a incluir sujeitos no sistema; outros que ele não se metesse caso alguns precisassem ser expulsos.

Essa dinâmica de expulsão x inclusão, estudada por Saskia Assen, tem, segundo a autora, um momento importante nos anos 1980. Para ela “... a passagem do Keynesianismo à era global, de privatizações, desregulamentação e fronteiras abertas para alguns, implicava uma passagem de uma dinâmica que atraía as pessoas para seu interior para outra dinâmica que empurra pessoas para fora.”⁵ E o Brasil, como “... candidato a campeão mundial da desigualdade econômica...”, precisava decidir que modelo de Estado adotaria após a ditadura.

Entre os que lutavam por inclusão podemos incluir a APP e suas reivindicações em torna da democracia e da educação pública, uma vez que a ampliação da oferta e da qualidade de serviços públicos não era parte do projeto de transição proposto pela direita. Embora o grupo que criou a associação, em 1947, procurasse apenas representar a categoria e colaborar com o governo - não havia uma preocupação em lutar por questões que fossem além dos interesses imediatos do magistério - essa postura da entidade começou a mudar no final dos anos 1970, coincidindo a sua lenta mudança com a não menos lenta passagem da ditadura militar para um regime democrático. A APP ia deixando

² DREIFUSS, R.A. **1964: a conquista do Estado**. – Ação política, poder e golpe de classe. RJ, Vozes, 1981.

³ CRUZ, Sebastião C. Velasco e. De Castelo a Figueiredo, uma visão histórica da “abertura”. IN: CHERESKI, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo: Ícone Editora, 1986. p. 51.

⁴ Expressão usada para definir, negativamente, o que os adeptos do neoliberalismo (à brasileira) consideravam um excesso de tamanho do Estado na economia.

⁵ ASSEN, Sassia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016. p.251.

⁶ HOBBSAWM, Éric. Op. cit. p. 397

de ser uma entidade conservadora e adotando posturas e pautas progressistas.

À guisa de orientação, partimos de uma característica do conservadorismo, que é sua aversão à participação das massas na política. Bonazzi propõe que este seria o “... principal pesadelo do conservadorismo... que não podia considerá-las senão como incapazes de raciocínio e de uma ação independente.”⁷ Podemos pensar os “novos personagens” que passaram para a cena política brasileira, especialmente em meados dos anos 1970, como integrantes desse pesadelo, uma vez que vinham da periferia – não apenas geográfica, mas, nos termos de Assen, do limiar do sistema – e pretendiam fazer parte e dizer coisas em um mundo criado para excluí-las. Desse ponto de vista, podemos identificar o conservadorismo como uma posição política excludente.

Do ponto de vista da educação, é importante salientar que aos anos da ditadura corresponde justamente à chamada massificação do ensino. Assim, a categoria profissional dos professores, que antes atendia em geral a públicos mais “seletos” – os fundadores da APP eram oriundos do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná –, a partir de então passou a lidar com a inclusão da “massa”. Mais que isso, a aceleração das licenciaturas e a grande demanda de profissionais, fez com que uma ampla parcela dos próprios professores, a partir desse período, viesse da massa, dos excluídos, da periferia.

Por outro lado, Bonazzi propõe que o termo “conservador” só faz sentido em oposição à “progressista”. Assim, o conservadorismo seria uma resposta “... às

teorias que, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade... de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza...”⁸, ou seja, ideais progressistas. Obviamente, o que o Iluminismo previa como a libertação pela razão, pelo conhecimento, não poderia ser exclusivo de um pequeno grupo de pessoas, e seu caráter universalizante deveria um dia atingir a massa; mesmo que um resultado disso tenha sido o fascismo.

Pensamos, entretanto, usando a terminologia de Arendt, que o pesadelo conservador não está em massas que *se comportam*, como no fascismo, mas *em massas que podem agir*, como era o caso do panorama político brasileiro de transição.⁹ Certamente os fascismos acabam sendo classificados como conservadores, e, nesse caso, não sem razão, pois mobilizam a massa como figurantes, e não como atores.

Segundo Amâncio dos Anjos, em 1964 havia funcionários administrativos cedidos pelo governo estadual trabalhando na APP¹⁰. Acompanhar o andamento dessa postura frente ao governo estadual é um dos meios para se perceber as mudanças na própria APP. A começar pelo estatuto, que trazia em seu preâmbulo:

Esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada; **o Governo tranquilo e confiante na nossa cooperação** (GRIFO NOSSO); a Pátria engrandecida pelos nossos esforços conjugados para um fim

⁷ BONAZZI, Conservadorismo. IN: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. - 13ªed.-. Brasília: UNB, 2007. p. 246.

⁸ Idem. p. 243.

⁹ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 50

¹⁰ ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias**. Cascavel: ASSOESTE, 2008. P. 36.

comum.¹¹

Como se pode perceber, havia uma clara manifestação de que a entidade pretendia crescer, se expandir e representar dignamente os professores, mas que a relação com o patrão – o governo – era de cooperação. Essa frase foi colocada como cabeçalho dos ofícios e documentação oficial da entidade, pelo menos, até 1980.

Na posse da nova diretoria da entidade, em 1973, o secretário de educação, Cândido Manoel Martins de Oliveira, foi convidado a assistir, e a falar. Segundo o secretário “testemunho a transposição normal do comando de uma entidade de classe que é muito significativa para a Secretaria, pois representa a continuação de um diálogo entre Governo e Magistério.”¹²

Até esse ano, 1973, o Brasil vivera o chamado “milagre econômico”, e as classes médias – entre as quais os professores – tiveram um bom momento, dando inclusive grande apoio ao governo e ajudando a isolar as oposições. Mas a crise do petróleo e a derrocada do projeto econômico da ditadura, chegaram em meio a um acelerado processo de proletarização da profissão do magistério, ligada, também, aos processos de massificação do ensino.¹³

Nesse ano ainda a economia cresceria 14% no vertiginoso ritmo do “milagre”, e quase nada parecia indicar que as bases do regime poderiam ser abaladas em breve. Mas o choque do petróleo, em outubro, trouxe consequências muito sérias para a economia brasileira e para a legitimidade da ditadura. Ainda em

setembro de 1973, o partido da oposição começou um processo que o levaria a justificar esse epíteto; foi a chamada “anticampanha” de Ulysses Guimarães à presidência da República, pelo MDB, em um jogo de cartas marcadas onde era óbvio que o candidato do governo, general Geisel, seria eleito. Mas, segundo o candidato da oposição “não é o candidato que vai recorrer (sic) o país. É o antecandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5...”¹⁴.

O “sucesso” da anticampanha tem relação com os desdobramentos da crise do petróleo, que se arrastou por um bom tempo e cujos efeitos se fizeram sentir mais longamente ainda. Geisel venceu por uma esmagadora maioria no colégio eleitoral, em janeiro de 1974, mas o MDB ganhou legitimidade e, inclusive, afastou a hipótese da autodissolução.

1974 é considerado, por vários autores, como o “início do fim” da ditadura, e a maior justificativa para isso são as eleições parlamentares de novembro. Se em janeiro o regime transferira “normalmente” a chefia do executivo federal, em novembro as coisas não correram tão bem assim. Após a vitória tranquila de Geisel no colégio eleitoral, nenhuma surpresa era esperada já que, como aponta Rezende “o governo, os tecnoburocratas e os líderes da ARENA, insistiam em que o povo vinha dando até então provas de apoio ao regime político vigente e que as eleições de 1974 iriam comprovar isso mais uma vez”.¹⁵ O MDB obteve uma vitória espetacular sobre a ARENA governista. Como aponta Paulo Netto “se 1968 marcou uma inflexão para

¹¹ DEAP/DOPS: Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. p. 121.

¹² DEAP/DOPS: Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ. p. 173.

¹³ FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores**

na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006.

¹⁴ GUIMARÃES, Ulysses. Apud. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/SP: Edusc, 2005. . P. 179.

¹⁵ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001. p. 168.

cima do ciclo autocrático burguês, 1974 marcou-a para baixo...”¹⁶.

O resultado eleitoral de novembro tornava pública uma insatisfação popular com o regime que tinha muito a ver com o aumento do custo de vida frente à crise. Napolitano sugere que 1975 é ano em que as ruas foram repolitizadas¹⁷, especialmente após a morte de Herzog. As dificuldades da população pesavam tanto nesse processo quanto o descaso pelos direitos humanos. Eder Sader lembra que, nas periferias, já florescia um movimento de base que, apoiado nas igrejas e clubes de mães, questionava o fato de que estava mais difícil viver como pobre. Daí saiu o Movimento do Custo de Vida, onde mulheres que se apresentavam como “mães de família em desespero” diziam que “... o salário apertado, o custo de vida em alta, as horas extras dos chefes de família, o emprego prematuro das crianças em biscates nas ruas ‘está prejudicando nossas famílias’, e as mães, precisando trabalhar também...”¹⁸.

Esse processo de crise afetou o setor público e os salários dos servidores, sendo os professores tão atingidos quanto outros segmentos. Em um editorial do Diário da Tarde de 1975, o professor Adyr de Lima, da APP, afirmava que “um professor suplementarista com 32 aulas semanais, que em 1971 ganhava dez salários mínimos, hoje ganha entre 6 e 4,4 salários mínimos...”¹⁹. A inflação anual – oficial – ficou em 26,9% em 1974; 29,3% em 1975 e 46,3% em 1976.²⁰

Em 1968, após uma “greve não

declarada” – mas respeitosa e ordeira – o magistério público estadual conseguira a aprovação do chamado Estatuto do Magistério. Mas a lei focava na carreira dos professores mais como um manual de conduta do que como incentivo salarial. Imediatamente a APP começou a negociar alterações na lei que melhorassem a questão dos salários, mas não havia disposição de mobilização por parte da entidade, e nem vontade do poder público em fazer a coisa andar.

O aumento do custo de vida teve um efeito interessante nesse aspecto. A alteração do estatuto passou a ser vista como uma tábua de salvação para resolver os problemas salariais da categoria; mas no natal de 1976, o governador aprovou a nova lei; e vetou todos os artigos referentes à carreira e salários.²¹ Nessa altura, as assembleias já registravam falas contrárias ao governo e à ditadura, e nos dias de votação do projeto do estatuto na Alep, grandes concentrações de professores acorriam ao local.

Podemos perceber que a insatisfação com as condições de vida, que foram piorando ano a ano para os docentes, funcionou como uma espécie de mola propulsora em direção à oposição política. Ao longo da década de 1970, o magistério estadual passou a entender que a superação de sua condição econômica precária poderia passar pelo restabelecimento da democracia.

De qualquer forma, fica visível a imbricação existente entre a conjuntura internacional, a conjuntura nacional e os seus desdobramentos estaduais e locais. A

¹⁶ NETO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** - 15ªed.-. São Paulo: Cortez, 2010. p. 41.

¹⁷ NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985.** São Paulo: Atual, 1998. p.47.

¹⁸ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980).** 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 214.

¹⁹ DIÁRIO DA TARDE. “Secretários contam o que se faz pelo funcionalismo”. 10/08/1975. DEAP/DOPS. Documentos/Informações referentes a Associação dos Professores do Paraná. p 141.

²⁰ MUNHOZ, Décio Garcia. Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. IN: **ECONOMIA CONTEMPORÂNEA** N° 1 JAN. – JUN. DE 1997. p. 61.

²¹ DEAP/DOPS: **Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ.** p. 165.

repercussão do choque do petróleo sobre o governo ditatorial - e sobre a economia nacional como um todo - foi ampla e de todo modo desastrosa, e não deixou de ter impactos sobre os docentes e suas ações.

Esse salto qualitativo nas atitudes reivindicativas, entretanto, precisa ser entendido como um processo. Do primeiro questionamento às condições do magistério estadual em 1968, à grande greve de 1980, já com clara conotação antiditatorial, mais de uma década se passou, e a superação do caráter de entidade “parceira” dos governantes pôde ser processada.

Em materiais oficiais copiados pela DOPS durante a greve de 1980, o cabeçalho dos ofícios, que representava também mudanças no estatuto, continha o seguinte: “esforcem-se todos, quanto possam, para que não fique, no Paraná, nenhum professor fora do nosso corpo social: a Associação numerosa e forte, será a classe prestigiosa e acatada.”²²

Podemos perceber a mudança de posicionamento da entidade em diversas anotações documentadas pela DOPS, mas um exemplo nos parece amplamente significativo: o fato de a entidade abrir-se para outros grupos e movimentos que, de fato, colocavam-se em clara oposição à ditadura. Apontamos rapidamente o apoio da APP a luta pela Anistia, e o amplo leque de movimentos sociais com os quais ela passou a se relacionar nesse momento.

As reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia ocorriam na sede da APP. Sendo uma entidade ampla e representativa, e com sede no Edifício Asa, no centro de Curitiba, era um espaço onde as reuniões podiam ser realizadas com mais sucesso e facilidade. Além disso, o histórico de boas relações com o governo tornava difícil aplicar a pecha de “comunista” ou “subversivo” à entidade

como um todo. Esse fato, o de receber reuniões do CBA, parece apontar para a disposição de se opor à ditadura e não apenas para uma parceria ou acaso.

Já a partir de 1979, diversos outros movimentos também puderam usar esse espaço. O recém-criado “Comitê de Defesa da Amazônia” publicava nota em setembro, convidando para uma dessas reuniões²³. Em outubro, a APP sediava o “Seminário sobre Educação e Luta de Classes” onde o agente da DOPS anotou que o palestrante afirmara “a escola nada mais é do que um espaço de domesticação (sic) que controla a crítica e a liberdade”.²⁴

Entendemos que essa abertura para os outros movimentos tem caráter progressista. Não apenas pelo óbvio objetivo de luta comum contra o governo estabelecido e a desigualdade social, mas também pela união das pautas. Mais ainda, porque o uso das palavras nos discursos, boletins e entrevistas, trazia agora conceitos como “classe trabalhadora”, “luta de classes” etc. que nunca eram usados em tempos anteriores, ao menos oficialmente, na entidade. Ainda nesse ano, o presidente Izaías Ogliari afirmava ao jornal *Correio de Notícias* que o país precisava de:

um novo pacto social capaz de pôr fim aos rumos sombrios a que está sujeita a sociedade brasileira e pedem o desarmamento da nação com a desmontagem dos aparelhos de repressão e a inversão dessas verbas na educação, único veículo capaz de construir a verdadeira segurança e desenvolvimento do povo com paz e justiça social.²⁵

Como se pode perceber, embora a demanda fosse bem corporativa - investir as verbas da repressão na *educação* - ela se colocava na possibilidade de ordenar o Estado de forma a aumentar sua

²²DEAP/DOPS: Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ p. 166.

²³ Idem. p. 392.

²⁴ Idem. 402.

²⁵ Idem. p. 444.

responsabilidade social. Ao invés de propor seu enxugamento, propunha sua expansão.

Considerações Finais

A APP se colocava, portanto, ao lado dos novos movimentos sociais que pediam o fim da ditadura e soluções para as mazelas sociais do país, como a questão educacional. Mesmo que não fosse uma unanimidade absoluta na categoria o fato de que a transição deveria apontar para um Estado mais incluyente, parece claro que a orientação geral da entidade era essa.

Podemos pensar que a categoria dos profissionais do magistério, como várias outras categorias do serviço público, defenderam um Estado mais abrangente, talvez, porque eles percebiam que o risco de expulsões em um Estado enxuto poderia atingir inclusive a eles próprios. Mas isso, certamente, não diminui a importância de sua ação naquele momento.

Ademais, a abertura para os novos movimentos sociais, pode ser pensada já como uma dinâmica de inclusão, embora não estatal. Essa postura de admitir as massas na cena política, como atores do processo, aponta, a nosso ver, para a possibilidade de admiti-las também quando a ditadura acabasse, o que não é pouco.

O projeto de transição dos grandes empresários e de amplos segmentos da oposição liberal via com preocupação essa irrupção das massas. Isso fica evidente, por exemplo, em entrevistas que estes davam sobre o tema e nas constantes afirmações em torno da questão. Segundo Maria José de Rezende:

alguns representantes do grande capital nacional como Setúbal, Bardella e Mindlin tornavam público que a questão central era a enorme dificuldade dos empresários em aceitar o que

significava, de fato, um regime aberto, em que eles teriam não só de participar da política, mas também de negociar salários e outras reivindicações dos trabalhadores. Havia, segundo eles, um pavor das pressões que surgiriam inevitavelmente.²⁶

A questão, no entanto, é que os novos movimentos sociais eram um elemento desconcertantemente forte; demais para ser ignorado. As reivindicações do pessoal que estava no limiar do sistema, ou mesmo além desse limiar, levavam esses segmentos do grande capital a aceitar a imposição do Estado ditatorial e suas propostas enquanto esperavam que ele fosse capaz de conter, pela repressão, esses atores emergentes. A se dar crédito a um empresário "... a única abertura que seus pares desejavam era a abertura de crédito."²⁷

No entanto, na esteira da ascensão do neoliberalismo, urgia tomar de fato o Estado para enxugá-lo, isto é, privatizar os setores da economia que ele controlava e retirar qualquer controle que ele pudesse ter sobre o mercado. E 1982 era um ano importante, uma vez que foi decretada a moratória da dívida mexicana, um dos três grandes devedores internacionais, junto com o Brasil e a Argentina, acirrando os ânimos do mercado a nível mundial, e nacional.

O resultado do embate é já conhecido. Embora a Constituição de 1988 tivesse caráter "cidadão" e expressasse claras preocupações sociais, as forças progressistas foram derrotadas em 1989 e o governo Collor iniciou, de fato, a era de privatizações e desmonte do Estado, não sem uma tenaz resistência daqueles setores organizados que emergiram ainda na ditadura. Os "novos personagens" de Sader lutaram bravamente para estar dentro do sistema, mesmo quando o Estado caiu nas mãos daqueles que pensavam apenas em

²⁶ REZENDE, Maria José de. Op. cit. p. 225.

²⁷ Idem. p. 234.

expulsá-los.

Referências

ANJOS, Amâncio Luiz Saldanha dos. **APP Sindicato 60 anos – Cascavel e Região 40 anos: história e memórias**. Cascavel: ASSOESTE, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. - 11ªed.-. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSEN, Sássia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro:/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

BONAZZI, Conservadorismo. IN: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 1. - 13ªed.-. Brasília: UNB, 2007.

DREIFUSS, R.A. **1964: a conquista do Estado**. – Ação política, poder e golpe de classe. RJ, Vozes, 1981.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. De Castelo a Figueiredo, uma visão histórica da “abertura”. IN: CHERESKI, Isidoro; CHONCHOL, Jacques (orgs.). **Crise e transformação dos regimes autoritários**. São Paulo: Ícone Editora, 1986. Pp. 37-58.

FERREIRA JR., Amálio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Terras do Sonhar/Edições Pulsar, 2006.

GUIMARÃES, Ulysses. Apud. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

HOBSBAWM, Éric. **As Décadas de Crise**. IN: _____ **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUNHOZ, Décio Garcia. **Inflação brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30**. IN: **ECONOMIA CONTEMPORÂNEA** N° 1 JAN. – JUN. DE 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NETO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. - 15ªed.-. São Paulo: Cortez, 2010.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 214.

DOCUMENTOS

DEAP/DOPS: Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ.

DEAP/DOPS: Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ.

DEAP/DOPS. DOSSIÊ: GREVE DE 1982.

DIÁRIO DA TARDE. “Secretários contam o que se faz pelo funcionalismo”. 10/08/1975.

DEAP/DOPS. Dossiê: ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES LICENCIADOS DO PARANÁ..